



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Credenciamento de Peritos Médicos

PAD 4062/2024

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS	
1.1. Descrição do problema ¹	A presente contratação decorre da necessidade do TRE-PR em realizar perícias oficiais médicas nos servidores ativos e inativos, seus respectivos dependentes, servidores removidos, pensionistas e candidatos aprovados em concurso público.
1.2. Assessoria demandante	Assessoria de Atenção à Saúde
1.3. Secretaria demandante	Secretaria de Gestão de Pessoas
1.4. Categoria do Objeto	Prestação de serviços
1.5. PAD nº:	4062/2024
1.6. Data desejada para disponibilidade do bem/serviço:	Agosto/2024
1.7. Integrante demandante	MOZAR DE RAMOS e LILIAN GASPARIN,
1.8. Integrante técnico (se houver)	ANDRÉ RICARDO FUCK e INGRID LOUISE FERNANDES E SILVA
1.9. Integrante administrativo	KARLA MEYER e RICARDO CORDER PETRICA

¹ Necessidade da Contratação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DA NECESSIDADE (item obrigatório)

2.1. Contratação de pessoas físicas ou jurídicas especializadas na realização de perícias médicas, para atuação na cidade de Curitiba, em regra, ou, excepcionalmente, em outra localidade dentro do território nacional, conforme demanda da Administração. O serviço a ser desempenhado consiste na realização de perícias singulares e na participação em Juntas Médicas Oficiais do TRE PR que envolvam servidores desse órgão ativos e inativos, seus respectivos dependentes, servidores removidos, pensionistas e candidatos aprovados em concurso público.

2.2. A contratação de peritos visa a atender a demandas por especialistas, tais como os da área de psiquiatria, cardiologia, oncologia, dentre outras.

2.3. A não solução do problema descrito no subitem 1.1. resultaria em um impacto direto na integridade e eficiência do quadro funcional do tribunal, afetando a transparência e legalidade nos processos relacionados aos servidores públicos, sendo a contratação crucial para promover a justiça e o cumprimento das normas vigentes.

2.4. Estima-se a necessidade anual de cerca de 25 perícias / juntas médicas evitando, assim, o acúmulo de processos diversos, prejudiciais ao bom funcionamento do tribunal.

2.5. A contratação de profissionais de saúde para perícias / juntas médicas atende às demandas imediatas do TRE-PR e reforça o compromisso com a eficiência administrativa, a transparência e o respeito aos direitos dos servidores, além de contribuir, significativamente, para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

2.6. O Tribunal não dispõe de especialistas diversos em seu quadro funcional de médicos para atender à demanda dos serviços de perícias e juntas médicas, razão pela qual é necessária a contratação de profissionais externos para a realização de tais serviços.

2.7. As especialidades contratadas serão definidas conforme a patologia do periciado e a conveniência do Tribunal.

2.8. Essa necessidade pública vem sendo atendida até o momento através de contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

viabilizadas através de credenciamento anterior (Edital de Credenciamento nº 02/2019 - PAD nº 15.520/2017), a exemplo do contrato nº 51/2020 (PAD 10.414/2020), cuja vigência foi prorrogada até 05/08/2024 (Empresa: Paola Figueiredo Mylla Todeschini Alves). Eventualmente, é solicitado o auxílio de médicos da Justiça Federal, porém há muita dificuldade em conseguir agenda de tais peritos.

2.9. O presente estudo foi realizado com vistas a encontrar a melhor solução de mercado para o atendimento das necessidades apresentadas pelo órgão, considerando todos os requisitos necessários para o êxito das contratações.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A convocação dos profissionais acontecerá de acordo com os seguintes requisitos: a especialidade médica requerida, o local de realização da perícia, a área geográfica de atuação indicada pelo profissional e a ordem cronológica de credenciamento nessa ordem. Dentre os profissionais disponíveis, em número suficiente para a execução das atividades pretendidas, de forma a permitir o rodízio entre todos. Podendo o perito recusar a convocação, sem necessidade de justificativas, passando para o próximo da lista.

3.2. Em se tratando de reavaliação do periciado, o serviço será considerado como continuidade do atendimento, devendo, preferencialmente, ser realizado pelo mesmo credenciado que efetuou a perícia.

3.3. A carga horária da perícia oficial singular será de aproximadamente de 2 horas, enquanto as juntas médicas oficiais terão duração superior a 2 horas, considerando tempo para análise e avaliação de exames. Os demais detalhamentos da execução do serviço estarão previstos no Termo de Referência.

3.4. No laudo, relatório médico, conclusão médico-pericial ou parecer da junta Médica Oficial deverá constar, de maneira descritiva, a critério do Tribunal, o diagnóstico, a conduta terapêutica, o prognóstico, a avaliação da capacidade laborativa e outros esclarecimentos médicos a respeito do paciente, além da data e assinatura do médico que realizou a perícia ou de todos os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

participantes da Junta Médica, ainda que apenas para constar no prontuário do avaliado, resguardado o sigilo médico.

3.5. A perícia médica, no exercício de suas atividades e em caráter complementar, caso se faça necessário, poderá recorrer a exames subsidiários, pareceres de outros especialistas e informações contidas em prontuários médicos, buscando melhor consistência em sua conclusão.

3.6. Para o credenciamento de pessoa física e de pessoa jurídica deverão ser apresentados os documentos especificados no item 15.

3.7. O credenciamento será realizado para profissionais médicos(as) das especialidades descritas no item 5 e os serviços deverão ser realizados de acordo com a necessidade do órgão, a partir da contratação, sendo devido à contratada os pagamentos referentes aos serviços efetivamente prestados.

3.8. A contratação decorrente do credenciamento não gerará qualquer tipo de vínculo empregatício entre a contratada e o TRE PR.

3.9. Legislação aplicável: para a solução da necessidade, deverão ser observadas as seguintes normas:

- a) Lei nº 14.133/2021
- b) Decreto nº 11.878/2024 - Regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- c) Decreto nº 7003/2009 - Regulamenta a licença para tratamento de saúde, de que tratam os arts. 202 a 205 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.
- d) Lei. 8112/90 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- e) Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- f) Res. CNJ nº 207/2015 - Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- g) Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal - 3ª Edição, 2017.
- h) Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- i) Norma Regulamentadora NR 32/ABNT
- j) Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa (Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências).
- k) Resolução n. 358/2005 – CONAMA (Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências).
- l) Resolução –RDC nº 222, de 28 de março de 2018 (Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências)"

4. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (item obrigatório)

4.1 Promover ações que visem à qualidade de vida e segurança das pessoas, bem como segurança nas decisões tomadas no âmbito do TRE-PR com a contratação de profissionais especializados para a realização de perícias e participação em juntas médicas, bem como a **elaboração de laudos, pareceres e decisões para subsidiar a tomada de decisão**, evitando a reiteração do pedido, especialmente, a judicialização da demanda, por estar sedimentada em suporte técnico especializado específico para o caso.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (item obrigatório)

5.1. Contratação de pessoas físicas ou jurídicas especializadas na realização de perícias médicas, para atuação na cidade de Curitiba, em regra, ou, excepcionalmente, em outra localidade dentro do território nacional, conforme demanda da Administração. O serviço a ser desempenhado consiste na realização de perícias singulares e na participação em Juntas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Médicas Oficiais do TRE PR que envolvam servidores desse órgão ativos e inativos, seus respectivos dependentes, servidores removidos, pensionistas e candidatos aprovados em concurso público, nas áreas de:

- a) angiologia;
- b) cardiologia;
- c) dermatologia;
- d) endocrinologia;
- e) gastroenterologia;
- f) hematologia;
- g) medicina do trabalho;
- h) nefrologia;
- i) neurologia;
- j) oftalmologia;
- k) oncologia;
- l) ortopedia;
- m) otorrinolaringologia;
- n) pneumologia;
- o) psiquiatria;
- p) reumatologia;
- q) urologia;
- r) ou outras áreas da medicina que venham a ser necessárias.

5.2. As especialidades dos profissionais que realizarão as perícias e juntas serão definidas conforme o tipo da patologia do periciando e a conveniência do Tribunal.

5.3. Do prazo de entrega: Os laudos, relatórios médicos, conclusões periciais ou pareceres decorrentes dos exames deverão ser encaminhados à Assessoria de Atenção à Saúde por meio do e-mail saude@tre-pr.jus.br ou entregues pessoalmente junto àquela unidade de saúde, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do exame/junta, devendo os profissionais se responsabilizarem pela entrega dos documentos por eles emitidos.

5.4. Do local de entrega: As perícias singulares e juntas médicas serão realizadas em data e horário previamente estabelecidos, após solicitação formal da CONTRATANTE, por meio da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Assessoria de Atenção à Saúde, nas dependências da unidade de saúde do TRE-PR (Rua João Parolin, 224 - Bairro Prado Velho - Curitiba/PR) ou, excepcionalmente na localidade em que se encontra o periciando ou, ainda, no endereço comercial do CONTRATADO, onde for mais adequado para a efetiva prestação do serviço, o que será definido pela Assessoria de Atenção à Saúde.

5.5. Nos valores constantes na tabela de referência não estão inclusos os custos envolvendo viagens ou indenizações com deslocamentos para fora da área de atuação indicada no credenciamento.

6. HISTÓRICO DAS CONTRATAÇÕES SIMILARES

6.1. Foi realizada pesquisa de contratações similares anteriores do TRE-PR, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração?

SIM Contrato de prestação de serviços de perícias médicas - PAD 10414/2020, CONTRATO 51/2020 EMPRESA: PAOLA FIGUEIREDO MYLLA TODESCHINI ALVES. Valor da perícia médica psiquiátrica: R\$ 1.419,27 (valor reajustado a partir de 12/12/2023).

6.2 Foi realizada pesquisa de contratações similares em outros órgãos, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração?

SIM

6.2.1. Contrato atual do TRE-RS com a PRO VIDA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (CONTRATO nº 048/2023) - Contratação por Dispensa - Art. 75, II de empresa para prestação de serviços de perícias médicas em pessoas submetidas à avaliação de saúde do TRE-RS, realizada em 2023. (doc. PAD 082329/2024) . Valor R\$ 2.800,00.

6.2.2 Edital de credenciamento 01/2024 do TRT 23 - credenciamento para profissionais da área médica nos termos da Lei n. 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.878/2024 e demais legislações aplicáveis. (doc.145386/2024). Valor: R\$ 1.600,00.

6.2.3 Perícia da JFPR no valor de R\$ 1.238,52 (doc. PAD 190017/2024).

6.2.4 TJ-SC edital de credenciamento 180/2023, os valores para profissionais da área de psiquiatria no valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e para demais especialidades no valor de R\$1.650,00 (mil e seiscentos e cinquenta reais). (doc.pad 197742/2024)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

7. POSICIONAMENTO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO APÓS A ANÁLISE DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES DE MERCADO (item obrigatório)

7.1. Na realização de pesquisa de mercado verificou-se que em Curitiba existem médicos especialistas que prestam esse serviço, pessoas físicas e jurídicas.

7.2. Os serviços pretendidos possuem natureza técnica especializada, cuja entrega do objeto materializa-se pela entrega de laudos técnicos especializados.

7.3. Essa modalidade de contratação por credenciamento vem atendendo às necessidades do Tribunal, em que pese a dificuldade para encontrar profissionais de algumas especialidades interessados em credenciar. Ainda assim, nas especialidades mais demandadas nos últimos anos, o Tribunal possui profissionais credenciados que atendem com prontidão e alto nível de qualificação técnica. O credenciamento demonstra ser a solução mais viável, pois contribui para a presteza no atendimento às demandas, que na maior parte dos casos exige celeridade por se tratar de questões relacionadas à saúde.

7.4. Para a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, foram consideradas:

SOLUÇÃO 1 :	Descrever o nome da solução
<i>Solução detalhada:</i>	<i>contratação por <u>dispensa de licitação em razão do valor</u></i>
<i>Vantagem e desvantagens</i>	<i>Em tese, seria possível a contratação das perícias por dispensa de licitação em razão do valor, conforme art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021. Contudo, essa forma de contratação não atende adequadamente a necessidade pública. Isso porque demandaria a realização de um procedimento (ainda que simplificado) novo a cada demanda de perícia que surgisse, tornando o procedimento</i>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

	<i>burocrático, moroso e sem a eficácia esperada. Muitas vezes, a demanda da perícia surge e é necessária a sua realização em um prazo curto de tempo, não sendo possível aguardar a realização de todo o procedimento de dispensa de licitação. Corre-se o risco, inclusive, de não se encontrar profissional que realize a perícia no prazo previsto, da sujeição à cobrança de valores elevados e, até mesmo, de não encontrar profissional que aceite realizar a perícia, frustrando a contratação.</i>
SOLUÇÃO 2:	Descrever o nome da solução
<i>Solução detalhada:</i>	<i>Realização dos serviços pelo TRE-PR com médicos do próprio quadro e com contratos de cooperação técnica com outros órgãos da Justiça Federal.</i>
<i>Vantagens e desvantagens</i>	<p><i>Esta solução seria viável somente se o Poder Judiciário possuísse em seu quadro servidores públicos com referidas habilitações, qual seja, a de médico especialista nas áreas enumeradas em anexo (psiquiatria, cardiologia, neurologia, oncologia, ortopedia, entre outras), já que se tratam de especialidades regulamentadas, cujas condições para o seu exercício estão previstas legalmente.</i></p> <p><i>Em vista disso, considerando a ausência de referidos profissionais nos quadros do TRE-PR esta solução não se mostra viável.</i></p> <p><i>Inviável, pois a necessidade de aferições mais acuradas teria que investir em equipamentos, capacitar profissionais médicos, além da ampliação do corpo clínico, uma vez que com o atual quadro só possuímos um médico do quadro e outro contratado. E dependermos sempre do auxílio dos outros órgão que já tem suas demandas internas.</i></p>
SOLUÇÃO 3:	Descrever o nome da solução
<i>Solução detalhada:</i>	credenciamento
<i>Estimativa Preliminar de valor</i>	<i>O valor fica entre R\$ 1.238,52 a R\$ 2.800,00, conforme orçamentos e pesquisa de preços mencionados.</i>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

<i>Vantagens e desvantagens</i>	<p><i>Primeiramente já adotamos o sistema de credenciamento na contratação de peritos na especialidade de psiquiatria o qual vem atendendo as nossas necessidades.</i></p> <p><i>O sistema de credenciamento visa tornar mais <u>dinâmica</u> a contratação de serviços essenciais à Administração, <u>desburocratizando suas ações pela diminuição do número de processos licitatórios</u> e pelo melhor uso dos recursos disponíveis.</i></p> <p><i>O credenciamento baseia-se em chamamento público no qual a Administração convoca interessados em prestar os serviços para se credenciar junto ao órgão público e executarem o objeto/serviço quando convocados (art. 6o, XLIII, da Lei n. 14.133/2021). Pressupõe pluralidade de interessados e indeterminação do número de prestadores de serviço credenciados.</i></p> <p><i>O credenciamento disponibiliza um edital de chamamento a todos os profissionais médicos das diversas especialidades, dispondo-se, em princípio, a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as exigências estabelecidas, esses licitantes não competirão, vez que a todos será assegurada a contratação que se fizer necessária, hipótese em que os próprios Tribunais de Contas têm recomendado o uso do sistema de credenciamento.</i></p>

7.5. Considerando as possíveis soluções de mercado, a equipe de planejamento da contratação elege a **SOLUÇÃO nº 03 - credenciamento** por evidenciar melhor atendimento do interesse público relacionado com a necessidade da contratação em termos de tempo e dispêndio de recursos humanos, mostra-se também a mais adequada, já que os procedimentos envolvidos são simples e eficazes. Em caso de recusa da prestação do serviço por um profissional, por exemplo, é possível o imediato chamamento de outro credenciado, preferencialmente da região do periciando, o que torna o procedimento mais simples e célere do que eventual extinção contratual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

e contratação remanescente ou chamamento de outro licitante caso tivesse sido optado por uma licitação normal.

7.6. Portanto, o credenciamento (Solução 3) mostra-se a solução mais adequada para o atendimento da necessidade pública, especialmente em termos de eficiência, celeridade e economicidade da contratação para o TRE-PR.

8. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (item obrigatório)

8.1. De acordo com dados de atendimentos realizados no último ano, estima-se que necessidade anual é de cerca de 25 perícias por ano.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO e ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Conforme informado na Solução 3 do item 7, o valor das perícias está entre R\$ 1.238,52 (um mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos) a R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), conforme orçamentos mencionados. Submetemos essas pesquisas à Análise do Núcleo de Pesquisa de Mercado.

9.2. Em caso de impugnação de laudo, o profissional receberá R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para se manifestar/reavaliar o periciando, utilizando como parâmetro o estabelecido pelo TRT23.

9.3. Todos os tributos, encargos sociais, ônus trabalhistas e previdenciários ou outro de quaisquer naturezas estão inclusos neste preço, não cabendo ao profissional nada mais pleitear a este Tribunal, posto que tal preço será considerado líquido e certo.

9.4. Os valores das perícias/juntas médicas serão reajustados anualmente, a contar da data de publicação do Edital de Credenciamento, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Consumidor Amplo/IBGE como fator de correção, condicionados à existência de disponibilidade orçamentária.

Pesquisa de mercado de contratos vigentes						
TRIBUNAL	Tipo de contratação	Perícias psiquiatria	perícias de ortopedia	medicina do Trabalho/saude ocupacional	cardiologia	Observações
Ministério da Fazenda	dispensa. De licitação	R\$3.000,00				
Secretaria Mun. De Saneamento Carangola/MG	pregão eletrônico		R\$1.495,00	R\$1.695,00	R\$1.695,00	-
Tribunal Regional Federal do Estado do Paraná		R\$1.238,52				-
Tribunal Regional do Trabalho da 08a.Região	dispensa de licitação	R\$900,00	R\$900,00	R\$900,00	R\$900,00	-
TRT - 23a. Reg.	credenciamento (2024)	R\$1.600,00	R\$1.600,00	R\$1.600,00	R\$1.600,00	No caso de impugnação do laudo a análise e/ou resposta acresce R\$450,00
TRT SC	dispensa de licitação	R\$1.200,00				
Tribunal de justiça de Santa Catarina	credenciamento (2023)	R\$2.500,00	R\$1.650,00	R\$1.650,00	R\$1.650,00	-
Tribunal Regional Eleitoral de Rio Grande do Sul	dispensa de licitação (2023)	R\$2.800,00	R\$2.800,00	R\$2.800,00	R\$2.800,00	
TRT 9a.REg	pregão eletrônico	R\$1.200,00	R\$1.200,00	R\$1.200,00	R\$1.200,00	
TRE-PR	credenciamento	R\$1.419,27		-	-	Contrato reajustado em 2023 somente de psiquiatra
Somatório		R\$14.957,79	R\$9.645,00	R\$9.845,00	R\$9.845,00	
Valor médio		R\$1.719,72	R\$1.607,50	R\$1.640,83	R\$1.640,83	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (item obrigatório)

a) É tecnicamente viável dividir a solução?

SIM

b) É economicamente viável dividir a solução?

SIM

c) Existe perda de escala ao dividir a solução?

NÃO

d) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

SIM

e) O custo para a gestão de vários contratos frente às vantagens com a unificação indica a divisão do objeto?

SIM Justifique: Necessidade de várias especialidades para abranger todas as possibilidades de atuação dos peritos médicos.

f) **Conclusão:** considerando as análises acima, a Equipe de Planejamento da Contratação **sugere dividir a contratação/credenciamento em itens de acordo com a especialidade de cada profissional.**

A adjudicação do objeto se dará por item.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO TRE-PR PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (item obrigatório)

11.1. Considerando os estudos para a contratação, constata-se que previamente à celebração do contrato serão necessárias adaptações relacionadas:

PROVIDÊNCIA	DETALHAMENTO
NÃO Infraestrutura tecnológica	
NÃO Infraestrutura física (adaptação de ambientes do órgão)	
NÃO Impacto na área de gestão de pessoas	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

NÃO Necessidade de normatização legal ou área de contratações	
NÃO Necessidade de comunicação	
NÃO Capacitação de servidores	

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (item obrigatório)

PAD	OBJETO
10414/2020	Contrato 51/2020 - credenciamento
Observação:	

13. IMPACTOS AMBIENTAIS (item obrigatório)

13.1. O serviço objeto da contratação não gerará impactos ambientais significativos. A contratação não implicará utilização de recursos naturais ou geração de resíduos sólidos acima dos já previstos por esse órgão, de forma que as ações já adotadas com base no Plano de Logística Sustentável vigente são suficientes para a promoção da sustentabilidade.

14. ANÁLISE DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS, COOPERATIVAS OU PESSOA FÍSICA

14.1. CONSÓRCIO: A participação de consórcio fica vedada em virtude de ser objeto comum e passível de ser executado por diversos profissionais e entidades empresárias individualmente, de modo que a disputa estará preservada.

14.2. COOPERATIVA: Será permitida a participação de cooperativas, observadas as exigências contidas no art. 16 da Lei 14.133/21.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

14.3. PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA: Será admitida a participação de pessoa física, conforme IN SEGES Nº 116/2021.

14.4. SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual sem a anuência expressa do contratante, nos termos do artigo 79, V da Lei 14.133/2021.

15. DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

15.1. Para a habilitação como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos art. 62 ao art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. Serão exigidos documentos habilitatórios relacionados a:

PESSOA FÍSICA

- a) Certidão de regularidade da inscrição como profissional médico junto ao CRM, requisito fundamental para exercício legal da profissão, de acordo a Lei n.3.268/1957;
- b) Registro de Qualificação de Especialista – RQE, junto ao CRM, requisito essencial para o exercício da especialidade médica, de acordo com o Decreto n. 8.516/2015.

PESSOA JURÍDICA

- a) cópia da Carteira de Identidade e CPF do responsável técnico, bem com comprovante de inscrição regular no Conselho Regional de Medicina – CRM, requisito fundamental para exercício legal da profissão, de acordo a Lei n.3.268/1957;
- b) Relação de membros do corpo clínico, que prestarão os serviços, acompanhada da comprovação de vínculo com a pessoa jurídica e de qualificação técnica.
- c) Registro e certidão de regularidade da pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Medicina;
- d) comprovação do vínculo com a pessoa jurídica interessada, que poderá ocorrer da seguinte forma: sócio, administrador, diretor ou empregado por meio de contrato social, estatuto ou carteira de trabalho e previdência social; ou prestador de serviços por meio de contrato escrito firmado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

16. NECESSIDADE DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

16.1. Será dispensada a necessidade de instrumento de medição de resultado, visto que não é possível admitir o recebimento parcial do serviço pretendido.

17. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1. Será necessário formalização contratual, visto envolver entrega superior a trinta dias ou obrigações futuras.

17.2. A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CONCLUSÃO (item obrigatório)

18.1. Concluído o Estudo Técnico Preliminar, a Equipe de Planejamento da Contratação sugere a solução descrita no item 07 (Solução 03) **optando a contratação pelo instituto do credenciamento** já que preencherá os requisitos para tal:

- a) verifica-se que o interesse da Administração será melhor atendido mediante a contratação de um maior número de profissionais especializados;
- b) promover o **chamamento público** por meio do ato convocatório que definirá o objeto a ser executado, os requisitos de habilitação, as especificações técnicas indispensáveis à **fixação prévia de preços e os critérios para convocação dos credenciados;**
- c) garantir a igualdade entre todos os interessados hábeis **a contratar com a Administração, pelo preço por ela definido.**
- d) contratar **todos** os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições fixadas pela Administração.

18.2. Portanto, considerando que não é possível à Administração prever quais especialidades serão solicitadas ou necessitarão ser contratadas para as perícias médicas;

Considerando que o credenciamento é um método, um sistema pelo qual irá se efetivar uma contratação direta (pois trata-se de inexigibilidade), em que o Poder Público não seleciona apenas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

um participante, mas sim, pré-qualifica todos os interessados que preenchem os requisitos previamente determinados no ato convocatório;

Considerando que após a análise e aprovação de toda a documentação encaminhada pelos interessados, estes permanecerão credenciados junto à Administração Pública, que poderá, a qualquer momento e independentemente de qualquer outro procedimento, contratá-los para a prestação dos serviços que se fizerem necessários, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, inclusive o preço, atendendo ao princípio da economicidade;
Considerando que pela contratação por credenciamento é possível selecionar o maior número de profissionais médicos e que podem ser demandados a qualquer tempo no prazo de vigência do Edital;

Considerando que esta forma de remuneração se mostra mais atrativa e passível de atrair um maior número de profissionais interessados;

Considerando que existem pessoas físicas e jurídicas no mercado de Curitiba com capacidade de atendimento dos requisitos estabelecidos no estudo;

Conclui-se pela viabilidade do credenciamento.

É o que nos cumpre apresentar.

Curitiba, 24 de junho de 2024.

Integrante Demandante

LILIAN GASPARIN
Assessoria de Atenção à Saúde

MOZAR DE RAMOS
Assessor de Atenção à Saúde

GABRIELLE ANA SELIG SHIOHARA
Secretária de Gestão de Pessoas

Integrantes Técnicos

ANDRÉ RICARDO FUCK
INGRID LOUISE FERNANDES E SILVA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Integrantes Administrativos

KARLA MEYER
RICARDO CORDER PETRICA